

Comissão Municipal da Juventude

Acta n.º 1

Aos cinco dias de Janeiro de dois mil e um reuniu a Comissão Municipal de Juventude com a presença do Vereador Dr. Jorge Ralha e do Dr. Francisco Rodrigues, em representação do Sector da Juventude da CMTV, e das seguintes Associações: Académico de Torres Vedras (João Pedro Jorge), Associação de Estudantes da ESCO (Renato Melícias), Espeleo Clube de Torres Vedras (Carlos Bartolomeu), Associação de Estudantes da Escola Secundária de Madeira Torres (Marco Claudino), Geração Milénio (Nélson Manuel Ramos), Juventude Popular (João Pedro Gomes), Juventude Socialista (Pedro Ferreira) e Juventude Social Democrata (Hugo Martins).

O **Dr. Jorge Ralha** saudou os novos membros Associação de Estudantes da Escola Secundária de Madeira Torres e Geração Milénio e informou que foram entregues as credenciações pelo Espeleo Clube, Juventude Social Democrata e Geração Milénio e que a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Madeira Torres declarou ter enviado por correio.

O **Dr. Jorge Ralha** colocou à aprovação a Ordem de Trabalhos que foi aprovada por unanimidade.

O **Ponto número um** da Ordem de Trabalhos : Apreciação e discussão do Projecto – Lei do Associativismo Juvenil (da autoria da JSD) foi iniciado com uma breve análise do documento pelo Vereador.

O **Dr. Francisco Rodrigues** chamou a atenção para o facto deste documento assentar na legislação em vigor apesar de acrescentar algumas reivindicações das Associações Juvenis nos últimos anos como a Contabilidade Organizada, as Isenções Notariais, o Mecenato Juvenil. Apontou alterações que alguns artigos trazem face à legislação existente : o **artigo segundo** faz a alteração na área dos órgãos directivos obrigando à presença de 75% dos membros com idade igual ou inferior a 30 anos (aumentando de 60% para 75%); as últimas alíneas dos pontos três, quatro e cinco do **artigo quarto** inserem um número mínimo de associados ; o **artigo sexto** aborda o direito de representação das associações nas parcerias e co – gestão com o IPJ; o **artigo sétimo** atribui às Associações RNAJ com pelo menos cinco anos a possibilidade de solicitarem o Estatuto de Utilidade Pública; o **artigo oitavo** refere-se à isenção de emolumentos notariais; o **artigo nono** acrescenta na questão das isenções fiscais a equiparação das Associações Juvenis às pessoas colectivas de utilidade pública; o **artigo décimo** equipara o Mecenato Juvenil ao regime do Mecenato Cultural previsto nos Códigos do IRS e do IRC; o **artigo décimo terceiro** traz alterações à actual regulamentação do RNAJ, nomeadamente na alínea a) do número 1, na alínea d) do número 2 com o facto de se ter de dar conhecimento das alterações de quotização e de sede; o **artigo décimo sexto** refere o aumento do número de dirigentes com o estatuto de dirigente associativo.

A **JSD** afirmou que o principal objectivo do projecto – lei era trazer mais clareza para as Associações Juvenis relativamente às alterações estatutárias; facilitar o envolvimento de um maior número de pessoas na vida associativa com o aumento do número de elementos com o estatuto de dirigente associativo; alterações face às isenções fiscais.

O **Espeleo Clube** demonstrou alguma preocupação com o Projecto – Lei sobretudo no que toca ao limite de idade pois o facto de obrigar as direcções a serem compostas por 75% de membros com idade igual ou inferior a 30 anos colide com a realidade do Associativismo Juvenil nacional e sacrifica a qualidade do trabalho das direcções em detrimento da quantidade ao forçar à substituição “forçada” de elementos com bastante experiência só pelo facto de ultrapassarem a fasquia dos 30 anos. Alerta ainda para o facto de haver um vazio no que toca à definição de Associação Juvenil e para o facto de que o número mínimo de associados não devia ser 40 mas sim o mínimo exigível por lei para constituir uma associação.

A **JSD** defende que as direcções das Associações Juvenis devem ter pelo menos 75% de jovens de forma a rejuvenescer o tecido associativo nacional e a dar mais oportunidades à rotatividade nas direcções e aos jovens de ganharem experiência. A delimitação de um número mínimo de 40 associados e a insistência na idade dos seus membros, bem como as isenções fiscais, a equiparação ao nível do Mecenato, a isenção do pagamento de emolumentos notariais visa focalizar e limitar o acesso aos apoios existentes.

O **Espeleo Clube** alerta para o facto de que a crise que se vive no movimento associativo nacional não ser maior devido ao facto de na prática o trabalho com jovens ser levado a cabo por não jovens, isto é, indivíduos com mais de 30 anos. Com este projecto – lei está-se a perder uma mais valia em termos de experiência.

A **JSD** contesta o facto de o movimento associativo nacional estar em crise avançando com números do IPJ que apontam para um crescimento de 50 para cerca de 200 associações nos últimos anos e reforça que as associações deviam tentar outros apoios para além dos disponibilizados pelo IPJ como as Câmaras Municipais, que por exemplo em Torres Vedras não esgotou as verbas para apoios às associações.

O **Dr. Francisco Rodrigues** chamou a atenção para o facto da questão de obrigatoriedade de entrega de alterações estatutárias sempre ter existido e, em relação ao IVA, a dúvida vem na comparação com as entidades sem fins lucrativos pois esta equiparação continua a não dar direito ao reembolso de IVA.

O **Espeleo Clube** acrescentou que este reembolso pode existir caso haja despacho do Secretário de Estado da Juventude.

O **Dr. Jorge Ralha** corrigiu a afirmação da JSD em relação ao facto da CMTV não ter esgotado as verbas para apoios às associações esclarecendo que foi somente o Sector da Juventude que não esgotou as verbas.

Não havendo mais inscrições para falar o Dr. Jorge Ralha deu como encerrado o Ponto número um da Ordem de Trabalhos abrindo a de imediato a discussão do **Ponto número dois** : Discussão relativa ao Ensino Superior em Torres Vedras.

A **Juventude Popular** começou por afirmar que este é um assunto que tem caído em esquecimento. Torres Vedras tem potencialidades e infraestruturas mínimas mas falta criar condições para fixar as Universidades, como sucedeu com o ISG. Questionou o Vereador se já tinha sido feito algum estudo sobre o impacto de uma Universidade em Torres Vedras e se já houve alguma Universidade Pública a demonstrar interesse junto da CMTV.

O **Dr. Jorge Ralha**, em resposta à Juventude Popular, afirmou que não tem conhecimento de nenhum estudo especificamente sobre esta matéria mas que o assunto é abordado em estudos de diversas Instituições como a Universidade Lusófona, o ISMAG, o ISHT, o ISG. Estes estudos revelaram que não foi a precariedade das instalações mas sim que não haveria em Torres Vedras nem na região um número suficiente de alunos para preencher ou tornar rentável uma Universidade. Há ainda um outro estudo sobre o Impacto da Auto – Estrada na Região Oeste que aborda brevemente esta temática e que reforça os resultados dos estudos anteriormente referidos. Relativamente à segunda questão o Vereador afirma que Universidade Pública interessada em Torres Vedras não houve mas que houve uma proposta da CMTV ao ISCTE para fixação em Torres Vedras que foi preterida pela instalação em Sintra. O Ensino Superior deve ser equacionado em termos de uma inflexão de tendências : nos inícios dos anos 70 houve uma expansão do Ensino Superior Público, na década de 80 houve um aumento do número de cursos e alunos, na década de 90 assistimos à “ explosão “ do Ensino Superior Privado e Politécnico. Em Torres Vedras este “ boom “ coincidiu com a abertura da COCITE e do ISG, com cursos muito especializados, e da Lusófona, mais generalista. Hoje em dia, somente a Lusófona se mantém, após a fusão com o ISMAG e o ISHT, apresentando cursos mais especializados, mais focalizados para um público específico. A redução do número de alunos no Ensino Secundário e o facto do Instituto Politécnico de Lisboa desvirtuar parcialmente as suas características ao se fixar junto dos Pólos Universitários quando se devia descentralizar também contribuiu para esta situação. Torres Vedras precisa de melhorias imperativas como por exemplo os caminhos de ferro de forma a tornar-se mais atractivo. O maior número de Cursos de Pós – Graduação , as Acções de Formação de curta duração vieram trazer uma nova ideia para a formação : a aprendizagem ao longo da vida. Podemos assim apontar como prioridades do Ensino Superior em Torres Vedras : primeiro, preferencialmente Ensino Superior Público ; segundo, desconcentração de algumas Escolas do Instituto Superior Politécnico de Lisboa ; terceiro, ensino ao longo da vida, através da criação local de cursos de pós graduação resultando na criação de novos pólos : a importância do lobbying ao nível de professores naturais de Torres Vedras a leccionarem no Ensino Superior.

A **Juventude Popular** aponta o factor de localização / proximidade de Lisboa como atractivo e afirma que o número de alunos alvo podem ser vistos ao nível da Região Oeste. O desenvolvimento das Caldas da Rainha a nível do Ensino Superior também trouxe desenvolvimento à cidade a vários níveis : comércio, alojamento, divertimento. O crescimento do Ensino Superior nas Caldas da Rainha também se deve ao facto de haver um claro empenho da Câmara Municipal e demais entidades competentes, situação que não se passa em Torres Vedras.

O **Dr. Jorge Ralha** afirma que o ISG instalou-se em Torres Vedras devido ao envolvimento das 19 maiores empresas e CMTV; a Lusófona com o envolvimento da CMTV e da Região de

Turismo do Oeste. Há interesse e apetência de Torres Vedras mas a falta de certas infraestruturas base tem impedido que tal aconteça. Torres Vedras devia ter cuidado na escolha dos cursos alvo, excessivamente ligados às actividades económicas preponderantes pois podem esgotar-se rapidamente. Prefere cursos mais amplos, ligados à Comunicação, às Novas Tecnologias e às Artes.

A **Juventude Socialista** defende que o afunilar de cursos gerais pelas Universidades Particulares criou o excesso de licenciados em áreas gerais como o Direito. A aposta devia ser feita nos cursos ligados à Informática e às Novas Tecnologias. Factores de Localização do Ensino Superior são a atractividade do local para um mercado potencial e as infraestruturas. O Estado devia descentralizar os pólos das Universidades Públicas pelo interior do país de forma a uniformizar o crescimento. Esta política dificulta a fixação de uma Universidade Pública em Torres Vedras mas, apesar da preferência ser o Ensino Superior Público, há também grandes potencialidades nos Institutos Politécnicos pois temos que ter em atenção que a Universidade em Torres Vedras é precisa não para desenvolver a cidade, pois os seus índices de crescimento económico são os maiores da região, mas sim para proporcionar uma maior qualificação dos quadros técnicos.

A **Juventude Popular** deu o exemplo do Pólo Universitário de Famalicão que devido ao peso das Indústrias na região focalizou os cursos nas Engenharias Alimentares, de Qualidade, com excelentes resultados ao nível do número de alunos e da absorção de licenciados pelas empresas da região.

A **Juventude Social Democrata** afirma que não há fórmula mágica para termos Ensino Superior em Torres Vedras : tem de haver um processo gradual. Devíamos apostar no que já temos, como a Lusófona que tem tido bons resultados com os cursos em horário pós – laboral atraindo alunos da Lourinhã, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, e dar-lhes melhores condições ao nível das infraestruturas. Devíamos apostar preferencialmente no Ensino Superior Público e em cursos virados para os nossos Sectores Económicos mais fortes como a enologia, a produção animal, a agronomia, e em cursos virados para os mercados de futuro como as Tecnologias de Informação (como fez, por exemplo, a Irlanda). Contudo, o exemplo das Caldas da Rainha também deve ser visto de uma forma muito atenta devido à posição de dependência da Câmara Municipal local das Universidades Privadas.

O **Dr. Jorge Ralha** chamou a atenção para o facto do Ensino Superior já existir nas Caldas da Rainha há muitos anos, o que permitiu o crescimento recente.

A **Juventude Social Democrata** chamou a atenção para o facto dos cursos ligados ao Espectáculo e às Artes serem de altíssimo risco dando o exemplo da Universidade de Évora : os cursos são caríssimos e pouco rentáveis para a Universidade pois o número de alunos é mínimo.

O **Dr. Jorge Ralha** não desiste dos cursos de Artes, sobretudo de Áudio – Visual e insiste no exemplo da COCITE que apesar da grande expansão inicial com os cursos altamente especializados hoje em dia esgotou o seu mercado e está prestes a fechar. Por isso entende que a grande aposta deve ser nos cursos mais gerais.

A **Juventude Socialista** volta a defender a especialização dando o exemplo dos programadores informáticos. A falha não é da especialização mas do sistema educativo, dos hábitos da sociedade que com a apetência da Juventude para as novas tecnologias compensará o investimento nos próximos 10 a 15 anos (o processo de informatização das empresas, o aumento do número de computadores em casa, a matemática vista não como um “bicho papão“, as mudanças de hábitos e costumes). A mudança tem de ser gradual nas áreas das Novas Tecnologias, começar pelas bases, aplicar a informática e as novas tecnologias às potencialidades da região : à agricultura, à produção animal, à floricultura, aos produtos hortícolas.

O **Espeleio Clube** defende que a COCITE pecou por não ter apostado nos mais velhos, isto é, não apostou em cursos mais leves, mais especializados, de menor duração temporal e em horário pós – laboral. O ensino não tem que ser obrigatoriamente superior tem é que ter uma maior preocupação na qualidade dos conteúdos e no público – alvo da região em causa : cursos mais pequenos virados para nichos mais específicos.

A **Associação de Estudantes da Escola Secundária de Madeira Torres** defende que é importante fomentar o retorno dos alunos que saíram para estudar e criar condições para estes se estabelecerem em Torres Vedras de forma a haver algum retorno do “ investimento “ que a cidade fez na sua formação até saírem para estudar. Também defendem que o Ensino Superior em Torres Vedras deve ser preferencialmente público.

A **Associação de Estudantes da ESCO** defende a importância dos cursos técnico – profissionais pois são mais acessíveis, de menor duração, mais focalizados para as necessidades imediatas da região.

O **Académico de Torres Vedras** defende que deve haver uma grande ligação das Novas Tecnologias à Cidadania de forma a garantir que os cursos tragam para além de uma mais valia académica e de formação de quadros incentive à ligação à comunidade e à participação nesta.

A **Juventude Socialista** concorda e afirma que a Informática deve ser um instrumento aliado à componente humana.

O **Dr. Jorge Ralha** encerra a discussão deste ponto resumindo os tópicos mais abordados : atracção dos quadros técnicos, apostar no retorno dos licenciados torreenses, aposta no Ensino Superior Público, preferencialmente, mas não menosprezando os outros ensinios. Mantém-se, contudo, relutante em relação à fixação de cursos de banda estreita, prefere cursos de formação generalista, como as Novas Tecnologias e Comunicação (Artes e Audio – Visual), e um ensino superior ligado à formação ao longo da vida.

O **Ponto número três** da Ordem de Trabalhos : Festa da Juventude – Discussão do anteprojecto da Festa da Juventude 2001 foi iniciado pelo Vereador que deu a palavra ao Dr. Francisco Rodrigues.

O **Dr. Francisco Rodrigues** informou a Comissão Municipal de Juventude que a ideia era ter um documento detalhado por escrito mas que tal tinha sido possível pelo que passaria a expôr os objectivos e o formato do evento para este ano : a) duração passa para 2 dias : 04 e 05 de Maio de 2001; b) assenta em formas de interacção, abandonando o formato de feira e passando a apresentações de forma participativa; c) vão ser colocados equipamentos insufláveis (dardos humanos e bowling humano); d) concertos com novo figurino : um de maior dimensão e bandas de garagem mas com um novo contexto de actuação, de localização e de ambiente ; e) continuidade à festa : não irá encerrar portas à meia – noite; f) espaço permanente de snack, projecção de filmes, expressão dramática, internet (aliar os conceitos de ciber café e café concerto); g) associar uma exposição de fotografia; h) as Rádios foram convidadas a estarem presentes na animação ; i) propostas dinâmicas de apresentação, por exemplo das Escola Secundária de Madeira Torres com um circuito laboratorial de experimentação, a Escola da Boavista Olheiros com o Ténis de Mesa, a ESCO com um circuito de computadores em rede.

A **Juventude Social Democrata** lançou a ideia das tasquinhas, podendo estas ser exploradas pelas Associações.

O **Dr. Jorge Ralha** alertou para o facto de se ter em atenção o enquadramento legal da venda de bebidas alcoólicas em festas de jovens, que a CMTV iria analisar essa situação.

O **Académico de Torres Vedras** questionou o Vereador relativamente aos apoios previstos : que montantes iriam ser disponibilizados às Associações este ano ?

O **Dr. Jorge Ralha** afirmou que os valores não deverão fugir muito dos do ano passado, entre os 70.000\$00 (setenta mil escudos) e os 100.000\$00 (cem mil escudos) deixando em aberto que o mais importante é a interactividade dos projectos.

O **Dr. Francisco Rodrigues** concluiu desejando que a festa funcionasse como uma montra do trabalho efectuado durante o ano.

O **Ponto número quatro** da Ordem de Trabalhos : Apreciação do pedido de adesão à Comissão Municipal da Juventude da Associação de Estudantes da Escola Secundária Henriques Nogueira foi iniciado pelo **Dr. Jorge Ralha** que colocou a votação a aprovação entrada da Associação de Estudantes da Escola Secundária Henriques Nogueira na Comissão Municipal da Juventude. Foi aprovada por unanimidade.

A **Juventude Social Democrata** interpelou o Vereador e a Comissão expondo as preocupações de um grupo de jovens que os abordou relativamente ao Skate Parque : faltam bebedouros ; falta iluminação / projectores ; falta segurança, sobretudo de dia, devia haver policiamento mais regular de forma a combater o tráfico de estupefacientes; pedido dos desenhadores de Grafittis para poderem pintar no Skate Parque.

O **Dr. Jorge Ralha** respondeu informando que a iluminação vai ser colocada ; a vigilância e a segurança foram pedidas no segundo dia de funcionamento do Skate Parque à PSP ; quanto aos bebedouros vai ser difícil devido às intervenções futuras no Parque ; o Grafiter foi escolhido pelo traço e qualidade visual do seu trabalho mas que se houver outros interessados devem fazer chegar maquetes ao Sector de Desporto que serão devidamente analisadas.

O **Dr. Jorge Ralha** informou a Comissão de que nos próximos dias 27 e 28 de Janeiro de 2001 se irá realizar em Torres Vedras o 4º Encontro Nacional de Associações de Juvenis, cujo programa se junta em anexo. O Vereador terminou agendando a próxima reunião ordinária da Comissão Municipal da Juventude para o dia 23 de Março de 2001, pelas 21h30m, na Câmara Municipal de Torres Vedras, sala de reuniões do Gabinete de Apoio à Presidência, sita na Av. 5 de Outubro em Torres Vedras.

De acordo com o a alínea um do artigo nono do Regulamento da Comissão Municipal da Juventude o seu Presidente, Dr. Jorge Ralha, tornará público o conteúdo desta reunião.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, que a secretariei e pelo Dr. Jorge Ralha, que a presidiu.

O Secretário

João Pedro Jorge
(Académico de Torres Vedras)

O Presidente

Dr. Jorge Ralha
(Vereador do Sector da Juventude
da Câmara Municipal de Torres
Vedras)